



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 83/2015

OBJETO:

- A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, para o Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e Edifício Anexo-VM 400, Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Edifício Sede da Área Administrativa do TRT da 9ª Região, localizados em Curitiba/PR.

ACOLHIMENTO, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DO PREGÃO:

- Término do acolhimento das propostas eletrônicas: às 13h45 do dia 13/11/2015
- Abertura da sessão do Pregão: às 14h00 do dia 13/11/2015

REALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA:

- Portal de compras do Banco do Brasil: site www.licitacoes-e.com.br

ENDEREÇO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO:

- Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba/PR
- CEP: 80430-180

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

➤ *Dúvidas sobre o edital:*

- Secretaria de Licitações e Contratos
- Av. Vicente Machado, 147, 10º andar, Centro, Curitiba-PR
- E-mail: licitacao@trt9.jus.br
- Fone: 0xx (41) 3310-7342 / 7375

➤ *Credenciamento e dúvidas na operação do sistema do licitacoes-e:*

- Capitais e regiões metropolitanas: telefone n.º **3003-0500**
- Outras localidades: telefone n.º **0800-7290500**

**PODER JUDICIÁRIO**

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ÍNDICE	
1. EDITAL:	
TÍTULO	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
3	DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
4	DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
5	DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
6	DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO
7	DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
8	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
9	DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO
10	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
11	DA CONTRATAÇÃO
12	DAS PENALIDADES
13	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2. ANEXOS AO EDITAL:	
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MEMORIAL DESCRITIVO
ANEXO III	PROJETOS
ANEXO IV	PLANILHAS DE LEVANTAMENTO DE CUSTOS ESTIMATIVOS
ANEXO V	TABELA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI
ANEXO V-A	TABELA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - EQUIPAMENTOS
ANEXO VI	TABELA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS
ANEXO VII	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO VIII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
ANEXO IX	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA – MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 ANOS
ANEXO X	DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA
ANEXO XI	MINUTA DO CONTRATO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 83/2015

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, com sede na Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba-PR, CNPJ n.º 03.141.166/0001-16, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *INTERNET*, licitação na modalidade **PREGÃO, na forma eletrônica**, sob a forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, regida pelos Decretos n.º 5.450/2005 e n.º 7.983/2013, pelas Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993, pela Lei Complementar 123/2006 e legislação correlata.

1 - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente procedimento licitatório a **contratação de empresa especializada para instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, para o Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e Edifício Anexo-VM 400, Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Edifício Sede da Área Administrativa do TRT da 9ª Região, localizados em Curitiba/PR, em regime de empreitada por preço global**, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I), Memorial Descritivo (Anexo II) e demais anexos deste Edital.
- 1.2 Havendo divergências entre as especificações do objeto cadastradas no Portal de Compras do Banco do Brasil e as contidas neste edital, prevalecerão as descrições deste último.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1 Este Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, e dotado de recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as suas fases.
- 2.2 O TRT da 9ª Região utilizará o Portal de Compras do Banco do Brasil S/A "Licitações-e" para a realização desta licitação.
- 2.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidor do TRT da 9ª Região, designado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Licitações-e, ao qual cabe, em especial, as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005.
- 2.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

3 - DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, e que estejam previamente credenciados no aplicativo "Licitações-e".
- 3.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.
- 3.3 Os interessados em se credenciar no aplicativo *Licitações-e* poderão obter mais informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil S.A., telefone: 0800 729 0500, ou na cartilha para fornecedores, disponível na opção "introdução às regras do jogo" diretamente no site www.licitacoes-e.com.br.
- 3.4 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal junto às Agências do Banco do Brasil, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular propostas e lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema *Licitações-e*.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.4.1 No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.
- 3.5 É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como sua utilização em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 9ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6 A perda da chave ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente o Banco do Brasil S.A. para bloqueio de acesso.
- 3.7 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.8 Caberá ao licitante interessado em participar deste pregão:
- remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
 - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances formulados, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
 - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - comunicar ao LICITAÇÕES-E qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.9 Não será admitida a participação de empresas:
- cujo ramo de atividade econômica não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
 - em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
 - reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - estrangeiras que não funcionem no país;
 - que detenham a condição de inidôneas perante a Administração Pública (art.87, inc.IV da Lei nº 8.666/1993);
 - que estejam suspensas de licitar e contratar temporariamente com este Tribunal (art.87, inc.III da Lei nº 8.666/1993);
 - que estejam impedidas de licitar e contratar temporariamente com a União (art.7º da Lei nº 10.520/2002).
- 3.10 A apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 3.11 Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos para este procedimento licitatório.
- 3.11.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.
- 3.12 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT da 9ª Região (Resolução n.º 9 do Conselho Nacional de Justiça).



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

4 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, ao correio-eletrônico licitacao@trt9.jus.br.

5 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 5.1 A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma do Decreto 5.450/2005, da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/1993.
- 5.1.1 Até 2 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 5.1.2 Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- 5.2 O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 Os licitantes deverão cadastrar proposta de preços até a data e hora marcadas neste edital, exclusivamente por meio eletrônico.
- 6.2 Até a abertura da sessão as propostas cadastradas poderão ser retiradas ou substituídas.
- 6.3 Ao cadastrar sua proposta no sistema eletrônico, a licitante deverá ofertar **PREÇO GLOBAL PARA O LOTE**, englobando todos os materiais, serviços e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) descritos nos Anexos IV (Planilha de Levantamento de Custos Estimativos), V (Tabela de composição analítica do BDI) e VI (Tabela de composição de encargos sociais) – deste edital.
- 6.3.1 Os preços por item e global máximos da presente contratação estão previstos no Item n.º 2 do Anexo I (Termo de Referência) – e no Anexo IV (Planilha de Levantamento de Custos Estimativos) deste edital.
- 6.4 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (R\$) e será considerado completo, abrangendo todos os tributos, encargos e ônus de qualquer natureza incidentes sobre o objeto licitado.
- 6.5 A proposta oferecida terá validade não inferior a 90 dias, contados da data da sessão de abertura do Pregão.
- 6.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1 A partir do horário previsto, terá início a sessão pública do Pregão, com divulgação das propostas apresentadas, sem identificar seus autores, passando-se ao início da disputa.
- 7.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 7.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5 Classificadas as propostas o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.6 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, todos os participantes



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

serão informados, em tempo real, do respectivo horário de registro e valor, vedada a identificação do licitante.

- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 Caso sejam registrados pelo sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido primeiro.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo Pregoeiro, com aviso de fechamento iminente dos lances. Após, transcorrerá período de tempo de até 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes através do sítio oficial do Licitações-e - www.licitacoes-e.com.br.
- 7.12 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 7.13 Se o menor preço não tiver sido ofertado por Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa de que trata o art. 34 da Lei nº 11.488/2007, e houver nessa condição licitante com proposta até 5% superior à melhor colocada, proceder-se-á, em atenção aos art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, da seguinte forma:
 - 7.13.1 A ME, EPP ou Cooperativa mais bem classificada, após a fase de lances, poderá apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
 - 7.13.2 O Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do *chat*, convocando a ME, EPP ou Cooperativa a fazer sua última oferta no prazo de **cinco** minutos, controlados pelo Sistema, sob pena de decair do direito concedido;
 - 7.13.3 Não sendo vencedora a ME, EPP ou Cooperativa mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as Licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no subitem 7.13, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - 7.13.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, EPP ou Cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.13, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
 - 7.13.5 O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da Licitante na categoria de ME, EPP ou Cooperativa.
 - 7.13.6 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos na condição do subitem 7.13, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.14 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado pelo Tribunal, e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante para que seja obtido valor mais vantajoso, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 7.15 Após a aceitação da proposta melhor colocada será verificada a habilitação da licitante detentora do menor lance através de consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos, conforme disposição deste edital.
- 7.16 Sendo aceitável a proposta, a licitante detentora do menor preço deverá apresentar, até as 12h00 (meio-dia) do primeiro dia útil seguinte à solicitação do pregoeiro, a proposta de preços ajustada ao valor do último lance (modelo no ANEXO V deste edital) e as planilhas discriminadas nos Anexos IV – Planilha de Levantamento de Custos Estimativos, V– Tabela de



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

composição analítica do BDI e VI - Tabela de composição de encargos sociais – do edital, bem como os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF.

7.16.1 Os valores finais unitários de material e mão-de-obra das composições deverão ser arredondados até a segunda casa decimal (ex.: R\$ 0,15).

7.17 A proposta ajustada ao lance final e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br).

7.18 A proposta e os documentos encaminhados por correio-eletrônico deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, para o endereço:

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Secretaria de Licitações e Contratos

Rua Vicente Machado, 147 - 10º andar - Centro, Curitiba-PR

CEP 80420-010

CONTEÚDO: DOCUMENTAÇÃO REF. **PREGÃO 83/2015**

7.19 Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, a licitante detentora do menor preço será declarada vencedora.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O critério de julgamento será o legalmente previsto para licitações do tipo MENOR PREÇO.

8.2 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora a licitante que, obedecidas às condições estabelecidas neste Edital, apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL PARA O LOTE**.

8.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- I. apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;
- II. apresentem preços unitários ou total superiores aos estabelecidos nos Anexos I – Termo de Referência – e IV – Planilha de Levantamento de Custos Estimativos – deste edital;
- III. sejam omissas, vagas, imprecisas ou que apresentem irregularidade capaz de dificultar o julgamento do pregoeiro;
- IV. apresentem preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 48, inc. II, § 1º da Lei nº 8.666/93, ou que não vierem a ter sua exequibilidade demonstrada;
- V. não contemplarem todos os itens do Lote;
- VI. não atendam às demais condições previstas neste Edital.

8.4 Se a proposta/lance de menor valor não for aceitável, se a licitante não atender às exigências habilitatórias ou não encaminhar os documentos de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, bem como a documentação para habilitação e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.5 Todas as propostas apresentadas deverão ser firmes e precisas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que impeça o pregoeiro de formular um julgamento objetivo, devendo as licitantes se limitar às especificações do edital.

8.6 Os erros, equívocos e omissões havidos na formulação da proposta serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 8.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

- 9.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos (§ 1º, art. 25 do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2 Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, será exigido o envio da documentação via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br), conforme determinação do Pregoeiro.
- 9.3 Para comprovação da habilitação se faz necessária a apresentação dos seguintes documentos:

9.3.1 - Habilitação Jurídica:

- I) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - a) A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado, das posteriores alterações, se houver;
- III) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
 - a) Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;
- IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.2 - Regularidade fiscal e trabalhista:

- I) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
- II) Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS).
- III) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- IV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1973.

9.3.2.1 As microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas contempladas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007 deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (incisos I, II e III do subitem 9.3.2), mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do TRT, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao TRT convocar as



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para dar continuidade à licitação ou revogá-la.

9.3.3 - Para cumprimento do inciso XXXIII, do art 7º, da Constituição Federal de 1988:

- I) DECLARAÇÃO, firmada pela licitante e conforme modelo no Anexo IX deste edital, de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze.

9.3.4 - Qualificação técnica:

- I) Prova de inscrição junto ao CREA/CAU da Pessoa Jurídica e dos profissionais que compõem o quadro de responsáveis técnicos da empresa. Os responsáveis técnicos pertencentes ao quadro da empresa deverão obrigatoriamente atuar como responsáveis técnicos dos serviços.
- a) Deverá constar no registro da empresa no CREA ou CAU, no mínimo, um responsável Engenheiro de Segurança do Trabalho.
- II) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado/certidão/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU, que comprove ter a empresa executado objeto de complexidade equivalente ou superior ao ora licitado, para fins comerciais ou de serviços, sem qualquer informação que a desabone e com os seguintes parâmetros:
- a) Instalação de sistema de ancoragem para trabalhos em altura.
- III) Apresentação de no mínimo 01 (uma) certidão de acervo técnico emitido pelo CREA/CAU que comprove ter o responsável técnico da empresa executado objeto de complexidade equivalente ou superior ao ora licitado, para fins comerciais ou de serviços, com os seguintes parâmetros:
- a) Instalação de sistema de ancoragem para trabalhos em altura.
- IV) Demonstração de vínculo do profissional de que tratam os incisos I e III acima mediante:
- a) Carteira de trabalho (CTPS), comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante na data da licitação;
- b) Contrato Social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante; ou
- c) Contrato de prestação de serviços firmado com a empresa licitante.
- V) DECLARAÇÃO emitida pela licitante de que tomou conhecimento de todas as condições inerentes à execução do objeto da contratação (conforme modelo – Anexo VIII).
- a) Caso a licitante opte por conhecer os locais onde será executado o objeto da licitação, a visita (vistoria) poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data prevista para a sessão pública do procedimento licitatório.
- b) O agendamento das vistorias deverá ser efetuado junto à Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TRT da 9ª Região (telefone (41) 3310-7760, e-mail sea@trt9.jus.br).

9.3.5 – Da documentação complementar:

- I) DECLARAÇÃO, firmada pela licitante e conforme modelo no Anexo X deste edital, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

- 9.4 O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica na licitação deverá(ão) atuar como responsável(is) técnico(s) dos serviços, admitindo-se a substituição do(s) mesmo(s) somente por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

aqui exigidas e por motivos relevantes justificáveis pelo proponente, sob prévia avaliação do TRT da 9ª Região.

- 9.5 Não serão aceitos protocolos de solicitação de emissão de documento em substituição aos exigidos neste edital.
- 9.6 O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências relacionadas ao esclarecimento da proposta ou da documentação apresentada.
- 9.7 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (§ 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05).

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 10.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4 Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente instruído à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do processo licitatório.

11 – DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Os termos previstos neste Edital e seus Anexos, a proposta apresentada e a assinatura do contrato formalizarão a contratação.
- 11.2 Homologado o presente Pregão, a Licitante Vencedora será convocada para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação, assinar o instrumento de contrato.
- 11.3 No momento da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar “Visto no CREA/PR”, em seu nome e do(s) profissional(is) por ela indicado(s) para execução dos serviços, no caso deste(s) ou daquela possuir domicílio fora do Estado do Paraná, conforme previsto no artigo o art. 58 da Lei 5.194/66¹.
- 11.4 Caso a licitante vencedora não faça comprovação das condições exigidas para efetivação da contratação ou, injustificadamente, se recuse a formalizá-la dentro do prazo estipulado, o pregoeiro, sem prejuízo das sanções previstas em edital e das demais cominações legais, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 11.5 As condições de habilitação consignadas neste edital deverão ser mantidas pela licitante vencedora durante a vigência da contratação (§ 2º, art. 27, do Decreto 5.450/2005).
- 11.6 Os prazos da contratação poderão ser prorrogados pela Ordenadoria da Despesa, mediante devidas justificativa (motivação) e fundamentação legal, e desde que a prorrogação seja solicitada antes do prazo final para o adimplemento da obrigação.
 - 11.6.1 Os pedidos de prorrogação deverão ser instruídos com os elementos necessários ao seu processamento, nos termos do § 1º, do artigo 57, da Lei 8666/1993.

¹ Decisão 279/1998 - Plenário do Tribunal de Contas da União



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 11.7 A contratação decorrente deste procedimento poderá ser alterada unilateralmente pelo Tribunal ou por acordo das partes, observado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/1993.
- 11.8 A rescisão da contratação rege-se pelo contido no presente edital, aplicando-se, no que couber, o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

12 - DAS PENALIDADES

- 12.1 Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.
- 12.2 Demais sanções estão descritas nos Anexos I – Termo de Referência e XI – Minuta de Contrato.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse público, do princípio da isonomia e da segurança da futura contratação.
- 13.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 13.3 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, nos termos do § 2º, do artigo 29, do Decreto 5.450/05.
- 13.4 Simples omissões ou irregularidades sanáveis ou desprezíveis, e que não causem prejuízo à Administração e às licitantes, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro.
- 13.5 É facultada ao Pregoeiro e/ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado.
- 13.6 É competente o foro da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Curitiba-PR para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.
- 13.7 Informações e/ou esclarecimentos, bem como pedidos de providências relativos ao presente Edital, poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, no horário das 12h às 18h, pelo telefone (41) 3310-7341 ou 7375, ou pessoalmente junto à Secretaria de Licitações e Contratos - SLC deste Tribunal, situada na Av. Vicente Machado, n.º 147, 10º andar – Curitiba-PR.

Curitiba, 28 de OUTUBRO de 2015.

Patrícia Aimée Bruel Antônio
Ordenadora da Despesa



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 **LOTE 01 - contratação de empresa especializada para instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, para o Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e Edifício Anexo-VM 400, Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Edifício Sede da Área Administrativa do TRT da 9ª Região, localizados em Curitiba/PR, em regime de empreitada por preço global, conforme especificações contidas neste instrumento, no Memorial Descritivo (Anexo II), e nos demais anexos do edital da licitação.**

2 PREÇO MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O preço global máximo da presente contratação é de R\$ 106.357,36.
- 2.2 Deverão ser observados os preços máximos unitários e totais previstos na planilha orçamentária de que trata o Anexo IV do edital da licitação.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Permitir o trabalho em altura de acordo com as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho (NR 35), especialmente nos serviços de lavagem e limpeza de fachadas dos edifícios deste Tribunal. Tal demanda faz parte do projeto de modernização de instalações físicas da Justiça do Trabalho em 2015.

4. PRazos E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 O início dos serviços dar-se-á em até 10 (dez) dias corridos após o termo inicial da vigência do contrato, podendo ser prorrogado conforme conveniência da Contratante.
- 4.2 O objeto da presente contratação deverá ser integralmente executado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início da execução dos serviços.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1 Nos termos do art. 73 da Lei 8.666/93, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma.
- 5.1.1 **Provisoriamente** - Quando o objeto contratado for concluído, de perfeito acordo com o Contrato, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório, que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela Comissão de Fiscalização, designada pelo órgão, e pelo Executante, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações;
- 5.1.2 **Definitivamente** - O Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços contratados será lavrado pela Comissão de Recebimento em até 90 (noventa) dias após o Recebimento Provisório referido no item anterior, e se tiverem sido atendidas todas as exigências da Comissão de Fiscalização, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na edificação.
- 5.2 Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento das condições e especificações estabelecidas para a presente contratação e/ou havendo quaisquer pendências, a Fiscalização convocará a Contratada a efetuar os reparos necessários e os serviços somente serão recebidos definitivamente após seu saneamento.
- 5.3 O período que medeia entre os recebimentos provisório e definitivo não suspende, para caracterização de mora, o prazo previsto inicialmente para a execução das prestações.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

6. DEVERES DO CONTRATANTE

6.1 Caberão ao contratante as seguintes providências, sem prejuízo de outras decorrentes da legislação e necessárias à eficiente execução do objeto:

- I) Proporcionar à contratada as facilidades indispensáveis à fiel e integral execução do objeto contratado;
- II) Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato;
- III) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) Sustar a execução de quaisquer serviços, por desacordo com o especificado ou outros motivos que imponham tal medida;
- V) Receber os serviços contratados e efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos.

7. DEVERES DA CONTRATADA

7.1 Competirá à contratada a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas neste instrumento e/ou decorrentes da legislação aplicável à espécie, em especial:

- I) Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o início da vigência da contratação, a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – relativa ao valor global do contrato, com as taxas devidamente recolhidas.
- II) Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, quando exigida, a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica –, com as taxas devidamente recolhidas.
- III) Fornecer ao contratante, antes do início da execução dos serviços, e para fins de controle de acesso, listagem com nome completo, número de documento de identidade e prova de vínculo empregatício (CTPS, livro de registro e/ou contrato individual de trabalho, conforme legislação vigente) dos seus empregados, os quais deverão atuar devidamente uniformizados e portando crachá de identificação;
- IV) Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, nos termos do art. 27, §2º, do Decreto 5.450/05, e art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93;
- V) Observar e cumprir todas as normas de segurança e saúde do trabalho – cf. Portaria MET 3.214/78 – bem como atender às demais condições de segurança necessárias à execução dos serviços, nos termos da legislação, exigindo de seus empregados a utilização permanente de equipamentos de proteção individual adequados ao risco ambiental.
- VI) Manter os locais de execução dos serviços limpos e desobstruídos, recuperando as áreas utilizadas, bem como as áreas ou bens não incluídas no seu trabalho, e deixando-as em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-las;
- VII) Exigir de seus empregados a utilização de crachá de identificação funcional, de uniformes limpos e bem alinhados e que se apresentem à fiscalização ou ao responsável pela unidade a fim de obter a permissão para início dos serviços.
- VIII) Manter todas as instalações utilizadas por seus agentes – especialmente as de uso sanitário – em perfeitas condições de higiene;
- IX) Cumprir todas as normas de segurança e saúde do trabalho bem como atender às demais condições de segurança exigidas para a execução dos serviços – como a utilização de EPI e EPC –, observada a legislação em vigor;
- X) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme previsto no art. 70 da Lei 8.666/93;



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- XI) Nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte – inclusive durante o período de garantia dos bens e serviços –, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, cujos prazos serão definidos pela Fiscalização e terão sua contagem iniciada a partir da notificação pelo Contratante;
 - XII) Entregar os serviços sem instalações provisórias, com áreas limpas e desobstruídas, de modo a prevenir acidentes e permitir a normal e imediata utilização das unidades pelo contratante;
 - XIII) Remover os entulhos do canteiro periodicamente e encaminhá-los às áreas de deposição liberadas pelo órgão municipal competente. Os entulhos suscetíveis de reaproveitamento ou reciclagem serão armazenados nos locais das execuções, a critério da Fiscalização, e disponibilizados a Associações de Reciclagem conveniadas a este Tribunal. Ao final dos serviços, o material reciclável não recolhido pelas referidas associações será removido pela contratada.
 - XIV) Cooperar com o contratante no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, de modo a facilitá-la e torná-la eficiente;
 - XV) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da lei 8.666/93, assim como por quaisquer encargos de natureza administrativa (p. ex., multas) decorrentes da execução dos serviços ou a eles relacionados;
 - XVI) Não subcontratar nem transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- 7.2 As obrigações da Contratada expressamente enunciadas neste item não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, decorrentes da legislação aplicável à espécie, nos termos do art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

8. PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento.
- 8.2 No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) banco: nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).
- 8.3 O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal/fatura pela contratada, para que seja lavrada certidão de recebimento, na forma do item 5 deste instrumento.
- 8.4 O pagamento será efetivado no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da certidão de recebimento em definitivo do objeto, salvo em caso de necessidade de abertura de processo para apuração de penalidade, quando o prazo de pagamento será de 15 dias úteis.
- 8.5 Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 8.6 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
 - 8.6.1 As pessoas jurídicas não estão sujeitas à retenção na fonte dos tributos e das contribuições do art. 64, da Lei 9.430/1996 desde que este Tribunal verifique no site da Receita Federal, no momento do pagamento, que o contratado é optante pelo Simples Nacional, sem prejuízo de o fornecedor informar imediatamente ao contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.
- 8.7 O Contratante poderá deduzir diretamente dos pagamentos devidos à Contratada pela execução do contrato os valores das multas a ela aplicadas pela inexecução parcial ou total das obrigações contratuais.
- 8.8 O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a Contratada responsável por quaisquer prejuízos decorrentes da apresentação inexacta dos dados.
- 8.9 Nos casos de atraso dos pagamentos devidos à Contratada, e desde que esta não tenha



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

concorrido para tanto, a atualização monetária devida pelo Contratante será calculada da seguinte forma:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (TX)/365$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,0001644$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. PENALIDADES E VALORES DAS MULTAS

- 9.1 Pelo descumprimento das condições e obrigações decorrentes da licitação/contratação, a licitante-adjudicatária/contratada estará sujeita, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, nas Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, e no Decreto 5.450/2005 e nas demais normas pertinentes.
- 9.2 Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:
- I) Havendo atraso no início ou na conclusão dos serviços, multa moratória de 1% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do item em atraso;
 - II) Havendo inexecução parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o remanescente do valor total do contrato;
 - III) Havendo inexecução total da contratação, multa de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;
 - IV) Havendo descumprimento de quaisquer obrigações contratuais não cominadas com sanção específica, multa punitiva ou moratória de 0,3% por ocorrência ou por dia útil, até o limite de 3%, calculada sobre o valor total do contrato.
- 9.3 A recusa injustificada em assinar o contrato ou iniciar a execução dos serviços no prazo previsto equivale à inexecução total da contratação, sujeitando a contratada às sanções previstas no inc. III do subitem 9.2 e no subitem 9.7 deste instrumento.
- 9.4 Atingido qualquer um dos limites fixados no subitem 9.2, e a critério do Contratante, a Contratada ficará sujeita à rescisão unilateral da avença, multa punitiva por inexecução total ou parcial e demais cominações legais previstas.
- 9.5 *A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.*
- 9.6 Os valores das multas aplicadas poderão ser deduzidos das importâncias devidas à contratada.
- 9.7 Nos termos do art. 28 do Decreto 5.450/05, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais.
- 9.8 Na forma do parágrafo único do art. 28 do Decreto 5.450/05, as penalidades aplicadas à Contratada serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1 A execução do objeto do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma Comissão de Fiscalização, indicada na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, a qual atuará representando o Contratante e terá, dentre outras atribuições que lhe são próprias, a função precípua de avaliar os serviços prestados e certificar sua adequação aos termos do edital e do contrato.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 10.2 A Comissão proporcionará à Contratada as condições indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do contrato e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão serão encaminhadas à Administração do Tribunal, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.
- 10.4 No exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, a Comissão poderá, motivadamente, suspender total ou parcialmente quaisquer prestações da Contratada que estejam sendo executadas em desacordo com o especificado, as quais somente poderão ser retomadas pela mediante determinação expressa da própria Comissão.
- 10.5 Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização pelo Contratante não excluem ou reduzem as responsabilidades da Contratada na execução do contrato.

11. VIGÊNCIA

- 11.1 O prazo de vigência do presente contrato terá como termo inicial a data em que a contratada receber o instrumento contratual assinado pelo representante do contratante, e estender-se-á até o recebimento definitivo do objeto, fiel e integralmente executado, e correspondente pagamento, sem prejuízo da observância do prazo de conclusão dos serviços e demais prazos de execução, sob pena de inadimplemento contratual e respectivas sanções.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1 Os dispêndios decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos orçamentários próprios deste Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, na seguinte classificação: Programa: Apreciação das Causas da Justiça do Trabalho – Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 13.1 Os serviços, materiais, mão-de-obra e demais insumos utilizados na execução do objeto do contrato obedecerão à legislação federal, estadual e/ou municipal assim como às exigências do Poder Público ou de seus delegados;
- 13.2 Na execução do objeto do contrato, a Contratada deverá observar, no que couber, as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e do INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- 13.3 A contratada e seu responsável técnico responderão integralmente e com exclusividade pela execução dos serviços objeto da contratação;
- 13.4 Os conflitos eventualmente constantes nas especificações técnicas deverão ser imediatamente comunicados à Fiscalização, devendo a Contratada apresentar soluções à comissão fiscalizadora, à qual competirá autorizar eventual e imediata adequação e compatibilização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRA:

Instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, para o Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e Edifício Anexo-VM 400, Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Edifício Sede da Área Administrativa do TRT da 9ª Região, localizados em Curitiba/PR.

LOCAIS:

Avenida Vicente Machado, nº 400
Rua Carlos de Carvalho, nº 528
Avenida Vicente Machado, nº 147

1. CONDIÇÕES GERAIS:

OBJETIVO

Este Caderno de Especificações compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo contratante – TRT 9ª. REGIÃO, para a contratação e execução de instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, para o Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e Edifício Anexo-VM 400, Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Edifício Sede da Área Administrativa do TRT da 9ª Região, localizados em Curitiba/PR.

DOCUMENTAÇÃO INCLUÍDA NO CONTRATO

Este Caderno de Especificações servirá para fixar as obrigações e direitos do TRT 9ª REGIÃO, sempre adiante designada por Contratante, e da firma Executora, sempre adiante designada por Executante ou Contratada, passando a fazer parte integrante do contrato.

CONVENÇÕES E CODIFICAÇÃO

a) Convenções e conceituação dos intervenientes

Neste Caderno de Especificações convencionamos denominar os intervenientes pela nomenclatura da norma NBR-5671/89 do INMETRO, que define claramente suas responsabilidades e direitos; a definição das denominações principal transcreve a seguir.

Contratante: Pessoa física ou jurídica que, mediante instrumento hábil, promove a execução do empreendimento (não é, necessariamente o proprietário).



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Autor do projeto: Pessoa Física, legalmente habilitada, contratada para elaborar o projeto de um empreendimento ou parte do mesmo. Por autor do projeto entendemos os profissionais que fazem parte da firma projetista.

Executante: Pessoa Física ou Jurídica, técnica e juridicamente habilitada, escolhida pelo Contratante através de licitação pública para executar o empreendimento de acordo com o projeto e em condições mutuamente estabelecidas.

Fiscal técnico: Pessoa Física ou Jurídica, legalmente habilitada, designada para verificar o cumprimento parcial ou total dos aspectos técnicos das disposições contratuais.

Empreiteiro técnico: Pessoa Física ou Jurídica, legalmente habilitada, contratada para executar partes perfeitamente definidas do empreendimento, assumindo a responsabilidade técnica destas partes com a anuência e sob a coordenação do Executante.

Sub-empreiteiro: Pessoa Física ou Jurídica contratada para a execução de partes perfeitamente definidas do empreendimento, com anuência e sob a responsabilidade do Executante ou de Empreiteiro Técnico.

b) Codificação e classificação de serviços

A numeração dos itens deste caderno de encargos deve ser entendida como uma codificação, já que se pretende uma correspondência bi-unívoca entre eles e os itens de orçamento. Nestas condições é perfeitamente compreensíveis as interrupções da seqüência da numeração ao longo deste trabalho. Assim sendo, as planilhas orçamentárias do Executante deverão seguir a codificação da presente discriminação.

DISCREPÂNCIAS E PRECEDÊNCIA DE DADOS

a) Verificação preliminar

Compete ao Executante efetuar completo estudo (verificação preliminar) das plantas e Caderno de Especificações fornecidos pelo Contratante para a execução da obra, e que compõem o projeto executivo.

Caso sejam constatadas, pelo Executante, quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, códigos, regulamentos ou leis em vigor, deverá dar imediata comunicação à Contratante para que sejam os mesmos sanados.

b) Precedência de dados

Em caso de divergências entre este Memorial Descritivo e o Contrato prevalecerá sempre este último.

Em caso de divergência entre este Memorial Descritivo e os desenhos prevalecerão as primeiras.

Em caso de divergência entre as cotas das plantas e suas dimensões medidas em escala prevalecerão sempre as primeiras.

Em caso de divergência entre desenhos de datas diferentes, prevalecerão os mais recentes, de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala.

Valerão preferencialmente as cotas e outros dados contidos nas cópias de pranchas cuja numeração contiver letra de revisão mais "alta", como tal entendida a letra mais próxima do fim do alfabeto.

As pranchas do projeto executivo, ao serem enviadas à obra, deverão conter carimbo ou tipo de nota que identifique claramente sua liberação para execução.

Em caso de dúvida referente a interpretação dos desenhos ou deste Memória Descritivo serão consultados o Fiscal Técnico e/ou os Autores dos Projetos.

CONDIÇÕES SUPLEMENTARES DE CONTRATAÇÃO

a) Assistência técnica e administrativa

Para a perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, o Executante se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, mantendo equipes que levem a bom termo este objetivo.

b) Materiais, mão-de-obra e equipamentos

Todos os equipamentos e ferramentas necessárias para a boa execução das obras e serviços ajustados deverão ser fornecidos e conservados pelo Executante, bem como também é de sua responsabilidade a utilização de mão-de-obra capacitada, na quantidade necessária, mantendo equipe que assegure progresso satisfatório às obras dentro dos cronogramas previstos.

A obtenção dos materiais necessários, em quantidade e qualidade suficiente para a conclusão das obras no prazo fixado é de integral responsabilidade do Executante.

c) Seguros e acidentes

Correrá por conta exclusiva do Executante a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras contratadas, uso indevido de patentes registradas, e, ainda que resultante de caso fortuito ou de força maior, a destruição ou danificação da obra em construção até a devida aceitação da mesma pela Contratante, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos fora do canteiro da obra.

Será obrigatório e de responsabilidade da contratada fazer SEGURO geral da obra contra Riscos de Engenharia, Incêndio e suas cláusulas acessórias.

d) Licenças, franquias e ART/RRT.

É de conta do Executante a obtenção de todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando a legislação, códigos e posturas referentes à obra e à segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, que digam diretamente respeito às obras e serviços contratados. E obrigado, outrossim, ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento, a sua custa, de multas porventura impostas pelas autoridades em função de seus serviços.

Deverão ser observadas as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, especialmente no que se refere à colocação de placas contendo os nomes dos responsáveis técnicos pela execução das obras, do autor ou autores dos projetos e às anotações de responsabilidade técnica (ART) e ao registro de responsabilidade técnica (RRT).

e) Fiscalização, orientação e controle.

A Contratante manterá nas obras engenheiros e/ou arquitetos e prepostos seus, convenientemente credenciados junto ao Executante, e com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços de construção, nos moldes da NBR 5671/89.

O Executante será obrigado a facilitar a fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando, à fiscalização da Contratante, o acesso à todas as partes das obras contratadas. A Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades que ficar sujeito o Executante e sem que este tenha direito a qualquer indenização, qualquer reclamação sobre o defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.

O Executante será obrigado a retirar da obra, logo após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tafeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Contratante, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

As ordens de serviços ou comunicações de Fiscalização ao Executante, ou vice-versa, serão transmitidas sempre por escrito, devendo ser devidamente numeradas e anotadas no Livro de Ocorrências (Registro de Ocorrências conforme NBR 5671/89).

DIÁRIO DE OBRA



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

A contratada deverá confeccionar, sem ônus para o órgão, e utilizar diariamente na obra o “Diário de Obra” em 03 (três) vias, sendo as duas últimas descartáveis.

Distribuição das vias:

- 1a via – permanece no Diário de Obra;
- 2a via – retirada pela fiscalização do órgão a cada visita de inspeção;
- 3a via – via da contratada.

O caderno completo, após o término da obra, será entregue formalmente ao órgão.

MODIFICAÇÕES NO PROJETO

Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou discriminações técnicas, determinando ou não encarecimento da obra, será executada sem autorização do Contratante e do Autor do Projeto.

Sempre que for sugerida pelo Executante qualquer modificação, esta deverá ser acompanhada de orçamento correspondente, se representar alteração de preço, para mais ou para menos.

RESPONSABILIDADE E GARANTIA

a) Responsabilidade pelos serviços executados em geral

O Executante assumirá integral responsabilidade pela boa realização e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente Caderno de Especificações, Edital e demais documentos técnicos fornecidos, bem como por quaisquer danos eventualmente decorrentes da realização de ditos trabalhos.

b) Responsabilidade por alterações sugeridas

O Executante assumirá a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que forem eventualmente por ele propostos e aceitos pelo Contratante e pelo Autor do Projeto, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.

METROLOGIA E NORMATIZAÇÃO

Todas as grandezas mencionadas nestas e em quaisquer documentos relativos a esta obra deverão estar expressas nas unidades legais constantes do quadro Geral das Unidades de Medida (Decreto Federal no. 81.621, de 1978).

Deverão ser respeitadas as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT nos devidos serviços executados e na definição dos insumos, em especial a ABNT NBR 16325-2:2014 (Proteção Contra Quedas de Altura), ABNT NBR 15595 (Acesso por Corda - Procedimento para aplicação do Método) e ABNT NBR 15475 - Acesso por Corda - Qualificação e Certificação de Pessoas.

Além disso, deverão ser respeitadas as Normas Regulamentadoras NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), a NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), a NR-18 (Condições e Meio-Ambiente do Trabalho na Indústria de Construção), NR-35 (Trabalhos em Altura) e NR 35 - Anexo 1 (Acesso por Corda).

Os profissionais de acesso por corda, incluindo o supervisor, devem ser certificados em conformidade com a ABNT NBR 15475 - Acesso por Corda - Qualificação e Certificação de Pessoas.

CONTROLE TECNOLÓGICO

A qualidade dos materiais e instalações efetuadas pelo Executante deverão ser submetidas aos ensaios e provas determinados pelas normas brasileiras ou equivalentes, como condição prévia ao recebimento dos serviços respectivos. Estes ensaios serão feitos pelo Executante, às suas expensas, em nome e sob a fiscalização da Contratante, a qual receberá os resultados dos mesmos.

RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Quando as obras e serviços contratados ficarem concluídos, de perfeito acordo com o Contrato, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório, que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela Comissão de Fiscalização, designada pelo órgão, e pelo Executante, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações.

O Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços contratados será lavrado pela Comissão de Recebimento em até 90 (noventa) dias após o Recebimento Provisório referido no item anterior, e se tiverem sido atendidas todas as exigências da Comissão de Fiscalização, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na edificação.

SERVIÇOS PRELIMINARES

a) Despesas legais

Correrá por conta exclusiva do Executante todas as despesas legais relativas às obras e seu funcionamento, tais como, licenças, emolumentos, taxas de obra e da edificação, registros em cartório, impostos federais, estaduais e municipais, seguros, contratos, selos, despachante e outros referentes a legislação da obra.

Em caso de necessidade de revalidação da aprovação dos projetos, está será de responsabilidade do Executante.

O Executante deverá apresentar ART/RRT do CREA/CAU referente a execução da obra ou serviço, com a respectiva taxa recolhida, no início da obra.

Serão fornecidos para o Executante os respectivos arquivos dos softwares de desenho ou texto de todo projeto (em meio digital).

ADMINISTRAÇÃO DA OBRA E DESPESAS GERAIS

a) Engenheiro de Segurança do Trabalho

A obra será localmente administrada por um profissional do Executante, que representará o Executante junto ao Contratante. A função deste profissional deverá constar da ART/RRT respectiva. Este profissional deverá combinar com o Fiscal Técnico da Contratante um horário comum diário de permanência na obra.

b) Supervisor

O Executante manterá em obra, além de todos os demais operários necessários, um supervisor que, obrigatoriamente será seu empregado, e que deverá estar sempre presente para prestar quaisquer esclarecimentos necessários à Fiscalização.

c) Placas de obra

O Executante fornecerá e instalará placas de obra, nas dimensões de 2,00 m x 1,00 m, conforme modelo fornecido pela fiscalização, na qual constará a identificação da obra em execução. Este é responsável pela fixação e conservação das placas que lhe forem entregues pelos demais intervenientes.

d) Guardas

O Contratante, em hipótese alguma, se responsabilizará por eventuais roubos de materiais ou equipamentos do Executante, ou por danos que venham ocorrer na obra e nas áreas de sua propriedade entregues à responsabilidade do Executante.

CONSUMOS

a) Material de escritório da obra



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Todo o material de escritório de obra será de inteira responsabilidade do Executante, inclusive o fornecimento e o preenchimento, na parte que lhe competir, do livro de ordem e ocorrências. Também deverão estar disponíveis medicamentos de emergência.

b) Equipamento de segurança

O Executante deverá se responsabilizar pela manutenção e pelo uso de equipamentos de prevenção e acidentes (EPI) dos funcionários e empreiteiros, fornecendo aos operários todos os equipamentos de segurança necessários e exigidos pela legislação vigente, tais como botas, óculos, luvas, absorvedores de energia, talabarte de segurança, cinturão de segurança tipo paraquedista, capacete de segurança, trava-queda deslizante guiado em linha flexível (EPI contra quedas), etc, e exigindo o seu uso, além da segurança de máquinas, equipamentos e materiais.

LIMPEZA DA OBRA

A obra será mantida permanentemente limpa, sendo o entulho transportado para os locais indicados pela Fiscalização, onde será utilizado como aterro, se for o caso. Durante todo o período de execução da obra deverão ser mantidos em perfeitas condições de tráfego os acessos à obra, quer para veículos, quer para pedestres.

TRANSPORTES

Deverá ser previsto o planejamento e a execução dos transportes de materiais e equipamentos internos, horizontais e verticais. Como também o transporte externo, carga e descarga. Além da conservação das pistas internas e vias externas.

ENTULHO

Durante a execução da obra deverá ser procedida a remoção periódica de quaisquer detritos (entulho de obra) que venham a se acumular na obra.

ENTREGA DA OBRA

A entrega da obra não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas, em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei 3.071).

MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E INSTRUÇÕES DE OPERAÇÃO E USO

Ao final da obra, antes da sua entrega provisória, a CONTRATADA deverá apresentar documentação de instalação conforme Anexo A da ABNT NBR 16325-2:2014, incluindo um Plano Esquemático de Instalação, conforme este mesmo Anexo A (Figura A.1).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONSTRUTORA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil.

ENSAIOS GERAIS NAS INSTALAÇÕES

Concluídas as instalações, serão procedidos testes de tração para cada um dos elementos constituintes do sistema, atendendo-se aos requisitos indicados na ABNT NBR 16325-2:2014.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ARREMATES

Deverão ser executados todos os arremates necessários, pela CONTRATADA, visando a perfeita entrega da obra.

BAIXAS DE ART/RRT

Deverá ser providenciada baixas, junto ao CREA e CAU da região, da responsabilidade técnica de todos os envolvidos e registrados nestes conselhos.

GARANTIAS

A CONTRATADA entregará à FISCALIZAÇÃO DO TRT toda a documentação referente a essas providências, assim como todos os certificados de garantia oferecidos pelos sub-empreiteiros e fornecedores, os quais sempre deverão ser emitidos em nome do TRT.

DESPESAS EVENTUAIS

Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da CONTRATADA até o limite estabelecido no Edital de Licitação da Obra.

Serviços extras com ônus para o órgão, somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias.

2.SERVIÇOS A EXECUTAR NO EDIFÍCIO SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE CURITIBA-VM 362 E EDIFÍCIO ANEXO-VM 400 (AVENIDA VICENTE MACHADO, Nº 400)

2.1. Objetivo

Descrever os detalhes construtivos, características, componentes, acessórios, materiais e outros tópicos pertinentes a instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, na cobertura (parte externa) dos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região localizados a Rua Vicente Machado nº 400 – Centro – Curitiba / PR.

2.2. Aplicação

O presente documento se aplica ao projeto desenvolvido e devidamente registrado no CREA/PR conforme ART nº 20145177167.

2.3. Especificações dos materiais utilizados

- Conforme a NR-18 e NBR 16.325 Proteção contra queda de pessoas – Parte 1 e 2 os pontos de ancoragem Classe A1 devem ser confeccionados em aço inox ANSI 304 ou ANSI 316 conforme o ambiente em que será utilizado, com capacidade de carga de ruptura mínima de 1.500 kgf cada ancoragem Classe A1 e com laudo dos testes realizados por laboratório certificado ao Inmetro, dentro do prazo de validade;
- Barra roscada em aço inox 18.8 ANSI 304/A2 ou 316, diâmetro de ½”;
- Barra roscada em ferro galvanizado, diâmetro de ½”;
- Porca sextavada em aço inox 18.8 ANSI 304/A2 ou 316, diâmetro interno de ½”;
- Cabo de aço galvanizado diâmetro 3/8” 6 x19 AAG, capacidade de carga de 5.500 kgf, carga de trabalho 5/1, com certificado de garantia do fabricante;
- Grampos em ferro galvanizado categoria pesado, para utilização em cabos de aço 3/8”, torque máximo de 7,2 kN Ou 0,73 kgf



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- Sapatilha em ferro galvanizado, para cabo de seção 3/8".
- Discos de aço galvanizado a quente, diâmetro de 15 cm, espessura 6 mm, com furo central de 13 mm;
- Chumbador químico para fixar barra roscada, com laudo de resistência, vinilester ou epóxi, marca Fischer FIS V 360S ou similar

2.4. Aspectos construtivos

2.4.1. Linhas de vida

Montagem de 40 (quarenta) linhas de vida horizontais, sendo 22 (vinte e duas) na área de cobertura do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e 18 (dezoito) na área de cobertura do Edifício Anexo-VM 400).

Todas as linhas de vida deverão ser confeccionadas em cabo de ferro galvanizado de 3/8" atado a esperas de ancoragem em aço inox.

Linhas de vida na cobertura do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362

As linhas de vida numeradas de 01 a 22 conforme desenho anexo (Prancha 02) deverão ser fixadas por transfixação de barra roscada de ferro galvanizado na parede de alvenaria do telhado. Para a fixação da barra roscada, deverá ser utilizado como elemento dissipador de força na parede de alvenaria, 02 (dois) discos de ferro galvanizado de 15 cm sendo instalados 01 de cada lado da parede (lado interno e externo), com aperto em cada lado feito com porca e contra-porca sextavada, de tal forma a permitir que o conjunto permaneça fixo, não possibilitando o trabalho e folga da porca de torque.

Cada conjunto de linha de vida deverá ser travado com uso de 03 grampos pesados em ferro galvanizado em cada extremidade e espaçados em 30 cm com laçada apoiada em sapatilhas de ferro galvanizado.

Deverá ser marcado 02 anéis de aproximadamente 4 cm de largura sobre os 02 cabos e entre os grampos metálicos, usando tinta a óleo para uso em metais e resistente a intemperes, na cor amarela ou laranja, para identificação de possível afrouxamento nos clips.

Linhas de vida na cobertura do prédio Anexo-VM 400

As linhas de vida numeradas de 23 a 38 e a de número 40, conforme desenho anexo (Prancha 02) deverão ser fixadas por transfixação de barra roscada de ferro galvanizado na parede de alvenaria do telhado. Para a fixação da barra roscada, deverá ser utilizado como elemento dissipador de força na parede de alvenaria, 02 (dois) discos de ferro galvanizado de 15 cm, sendo instalados 01 de cada lado da parede (lado interno e externo), com aperto em cada lado feito com porca e contra-porca sextavada de tal forma a permitir que o conjunto permaneça fixo, não possibilitando o trabalho e folga da porca de torque.

A linha de vida de número 39 conforme desenho anexo (Prancha 02) deverá ser fixada na laje da cobertura por método de chumbamento químico, usando barra roscada em aço inox de 1/2" com aproximadamente 125 mm de comprimento e com a alça de ancoragem paralela a linha da rua, de forma que o cabo não exerça força de rotação quando tensionado.

Cada conjunto de linha de vida deverá ser travado com uso de 03 grampos pesados em ferro galvanizado em cada extremidade e espaçados em 30 cm com laçada apoiada em sapatilhas de ferro galvanizado.

Deverá ser marcado 02 anéis de aproximadamente 4 cm de largura sobre os 02 cabos e entre os grampos metálicos, usando tinta a óleo para uso em metais e resistente a intemperes, na cor amarela ou laranja, para identificação de possível afrouxamento nos clips.

2.4.2. Pontos de ancoragem singelos

Pontos de ancoragem na cobertura do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

No prédio do Fórum Trabalhista de Curitiba deverão ser instaladas 06 (seis) esperas de ancoragem singelas, sendo 04 (quatro) na mureta do fundo do prédio e 02 (duas) na parte lateral frontal, lado direito (vista pela rua).

As 04 esperas de ancoragem fixadas na mureta do fundo do prédio serão fixadas por método de transfixação de barra roscada de ferro galvanizado na parede de alvenaria do telhado. Para a fixação da barra roscada, deverá ser utilizado como elemento dissipador de força na parede de alvenaria 02 (dois) discos de ferro galvanizado de 15 cm, sendo instalados 01 de cada lado da parede (lado interno e externo), com o aperto em cada lado feito com porca e contra-porca sextavada de tal forma a permitir que o conjunto permaneça fixo, não possibilitando o trabalho e folga da porca de torque.

As 02 esperas de ancoragem fixadas na parte lateral frontal serão fixadas por método de chumbamento químico, usando barra roscada em aço inox de ½" com aproximadamente 125 mm de comprimento.

Todas as esperas de ancoragem singelas deverão ter sua alça de ancoragem perpendicular a prumada de descida, de forma que os cabos quando fixados nas esperas não exerçam força de rotação quando tracionados.

Pontos de ancoragem na cobertura do prédio Anexo-VM 400

No prédio de nº 400 deverão ser instaladas 07 (sete) esperas de ancoragem singelas conforme desenho anexo (Prancha 02), sendo 02 (duas) na parte inferior da torre da caixa d'água a aproximadamente 70 cm do piso e 05 (cinco) na laje da torre da caixa d'água, elevadores e escadas.

Essas 07 esperas de ancoragem deverão ser fixadas por método de chumbamento químico, usando barra roscada em aço inox de ½" com aproximadamente 125 mm de comprimento e com a alça de ancoragem perpendicular a prumada de descida, de forma que os cabos quando fixados nas esperas não exerçam força de rotação quando tracionados.

2.4.3. Testes de Tração

Todas as esperas de ancoragem deverão após a instalação passarem por testes de tração (arrancamento) aonde deverão serem submetidas a tração mínima de 1.500 kgf (conforme NR-18 e recomendação pelo fabricante do ponto de ancoragem) por macaco hidráulico com certificado de aferição dentro do prazo de validade. Para as esperas de ancoragem fixadas por chumbamento químico, deverá ser observado o intervalo mínimo conforme especificação do fabricante para realizar o teste de tração para que se atenda a devida secagem total do adesivo químico.

Para a realização do teste de arrancamento, deverá ser utilizado equipamento específico para testes dessa natureza (tipo macaco hidráulico ou similar) e devidamente aferido por laboratório ou empresa especializada em aferição, com certificado de aferição dentro do prazo de validade.

3.SERVIÇOS A EXECUTAR NO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO (RUA CARLOS DE CARVALHO , Nº 528)

3.1. Objetivo

Descrever os detalhes construtivos, características, componentes, acessórios, materiais e outros tópicos pertinentes a instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, na cobertura (parte externa) e sob o recuo do entepiso da entrada principal, do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região localizado a Rua Carlos de Carvalho nº 528 – Centro – Curitiba / PR.

3.2. Aplicação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

O presente documento se aplica ao projeto desenvolvido e devidamente registrado no CREA/PR conforme ART nº 20145177167.

3.3. Especificações dos materiais utilizados

- Conforme a NR-18 e NBR 16.325 Proteção contra queda de pessoas – Parte 1 e 2 os pontos de ancoragem Classe A1 devem ser confeccionados em aço inox ANSI 304 ou ANSI 316 conforme o ambiente em que será utilizado, com capacidade de carga de ruptura mínima de 1.500 kgf cada ancoragem Classe A1 e com laudo dos testes realizados por laboratório certificado ao Inmetro, dentro do prazo de validade;
- Barra roscada em aço inox 18.8 ANSI 304/A2 ou 316, diâmetro de ½”;
- Porca sextavada em aço inox 18.8 ANSI 304/A2 ou 316, diâmetro interno de ½”;
- Cabo de aço galvanizado diâmetro 3/8” 6 x19 AAG, capacidade de carga de 5.500 kgf, carga de trabalho 5/1, com certificado de garantia do fabricante;
- Grampos em ferro galvanizado categoria pesado, para utilização em cabos de aço 3/8”, torque máximo de 7,2 kN Ou 0,73 kgf
- Sapatilha em ferro galvanizado, para cabo de seção 3/8”.
- Chumbador químico para fixar barra roscada, com laudo de resistência, vinilester ou epóxi, marca Fischer FIS V 360S ou similar.

3.4. Aspectos construtivos

3.4.1. Linhas de vida

Montagem de 17 (dezessete) linhas de vida horizontais, sendo 07 (sete) na área de Cobertura, 05 (cinco) no 12º pavimento e 05 (cinco) sob o recuo do entrepiso da entrada principal e lateral.

Linhas de Vida na cobertura:

Todas as linhas de vida deverão ser confeccionadas em cabo de ferro galvanizado de 3/8” atado a esperas de ancoragem em aço inox.

As linhas de vida de numeradas de nº 01 e 02 (12º Pavimento) e de nº 03 a 07 (Cobertura) conforme desenho anexo (Prancha 03) serão fixadas em esperas de ancoragem de aço inox, a uma altura aproximada de 60 cm do piso, na estrutura metálica existente perfil “I” (estrutura metálica do heliporto) por método transfixante, usando barra roscada de aço inox de ½” sendo o aperto com porca e contraporca em aço inox pelo lado interno da viga e com a espera de ancoragem pelo lado externo, de tal forma a permitir que o conjunto permaneça fixo, não possibilitando o trabalho e folga da porca de torque. As esperas de ancoragem de tração deverão ser fixadas na estrutura metálica perfil “I” com a alça da ancoragem paralela ao plano horizontal, de forma que ao serem tensionadas pelo cabo de aço, não exerçam movimento de rotação. Deverão ser instaladas esperas de ancoragem de estabilização da linha, nas vigas intermediárias, seguindo o mesmo método de fixação, com a alça de ancoragem perpendicular ao plano horizontal, de forma que o cabo de aço passe pelo interior da alça da espera, funcionando essa como um olhal e de forma a não permitir que o cabo atrite diretamente com a estrutura metálica perfil “I”. As linhas de vida 01, 02 e 07 (início e fim de trecho) deverão ter 01 (uma) espera de ancoragem cada fixadas pelo método de chumbamento químico na estrutura de concreto da cobertura, usando barra roscada de aço inox de ½” com aproximadamente 125 mm de comprimento e com a alça de ancoragem perpendicular ao plano horizontal.

As linhas de vida de nº 08 e 09 (Cobertura) e as linhas de vida de nº 10, 11 e 12 (12º Pavimento) conforme desenho anexo (Prancha 03) deverão ser fixadas sobre a mureta da parede de concreto por método de chumbamento químico, usando barra roscada de aço inox de ½” com aproximadamente 125 mm de comprimento e com a alça de ancoragem paralela a linha da parede, de forma que o cabo não exerça força de rotação quando tensionado.

Cada conjunto de linha de vida deverá ser travado com uso de 03 grampos pesados em ferro galvanizado em cada extremidade e espaçados em 30 cm com laçada apoiada em sapatilhas de ferro galvanizado.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Deverá ser marcado 02 anéis de aproximadamente 4 cm de largura sobre os 02 cabos e entre os grampos metálicos, usando tinta a óleo para uso em metais e resistente a intemperes, na cor amarela ou laranja, para identificação de possível afrouxamento nos clips.

Linhas de Vida sob o recuo do entrepiso:

Todas as linhas de vida deverão ser confeccionadas em cabo de aço galvanizado de 3/8" atado a esperas de ancoragem de aço inox.

As linhas de vida deverão ser construídas tomando-se como base a menor distância do recuo do entrepiso a estrutura de pele de vidro superior a este, de forma que tomando-se por base a prumada desse ponto, este fique o mais próximo possível do canto superior direito (vista pela rua).

As linhas de vida de 12 a 16 conforme mesmo desenho anexo (Prancha 05) deverão ser fixadas por esperas no teto do recuo do entrepiso de concreto, na parte externa do prédio, por método de chumbamento químico, usando barra roscada de aço inox de 1/2" com aproximadamente 125 mm de comprimento e com a alça de ancoragem paralela a linha da pele de vidro, de forma que o cabo não exerça força de rotação quando tensionado.

Cada conjunto de linha de vida deverá ser travado com uso de 03 grampos pesados em ferro galvanizado em cada extremidade e espaçados em 30 cm com laçada apoiada em sapatilhas de ferro galvanizado.

Deverá ser marcado 02 anéis de aproximadamente 4 cm de largura sobre os 02 cabos e entre os grampos metálicos, usando tinta a óleo para uso em metais e resistente a intemperes, na cor amarela ou laranja, para identificação de possível afrouxamento nos clips.

3.4.2. Pontos de ancoragem

No terraço da frente do 12º pavimento (lado esquerdo vista pela rua Carlos de Carvalho), deverão ser fixadas 03 (três) esperas de ancoragem na parte superior do peitoril, sendo cada uma delas no mesmo alinhamento das janelas inferiores da fachada.

Na sacada de trás do 12ª Pavimento, deverá ser fixada 01 (uma) espera de ancoragem na parte superior do peitoril, próximo ao engastamento da sacada (lado esquerdo vista pela rua Carlos de Carvalho).

As esperas de ancoragem deverão ser fixadas na parte superior do peitoril da sacada conforme desenho anexo (Prancha 03), por método de chumbamento químico, usando barra roscada de aço inox de 1/2" com aproximadamente 125 mm de comprimento e com a alça de ancoragem perpendicular a prumada de descida, de forma que os cabos quando fixados as esperas não exerçam força de rotação quando tracionados.

3.4.3. Testes de Tração

As esperas de ancoragem das linhas de vida 01 a 12 e as esperas de ancoragem singelas, deverão após a instalação passarem por testes de tração (arrancamento) aonde deverão ser submetidas a tração mínima de 1.500 kgf (conforme NR-18 e recomendação pelo fabricante do ponto de ancoragem) por macaco hidráulico com certificado de aferição dentro do prazo de validade. Para as esperas de ancoragem fixadas por chumbamento químico, deverá ser observado o intervalo mínimo conforme especificação do fabricante para realizar o teste de tração para que se atenda a devida secagem total do adesivo químico.

Para a realização do teste de arrancamento, deverá ser utilizado equipamento específico para testes dessa natureza (tipo macaco hidráulico ou similar) e devidamente aferido por laboratório ou empresa especializada em aferição, com certificado de aferição dentro do prazo de validade.

As linhas de vida 13 a 17 não deverão ser submetidas a teste de arrancamento, visto se tratarem apenas de guias para aproximação da parede de vidro inferior.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

4.SERVIÇOS A EXECUTAR NO EDIFÍCIO SEDE DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO (AVENIDA VICENTE MACHADO, Nº 147)

4.1. Objetivo

Descrever os detalhes construtivos, características, componentes, acessórios, materiais e outros tópicos pertinentes a instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, na cobertura (parte externa), no avanço da entrada (parte externa) e sob o recuo do entrepiso do avanço da entrada do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região localizado a Rua Vicente Machado nº 147 – Centro – Curitiba / PR.

4.2. Aplicação

O presente documento se aplica ao projeto desenvolvido, instalado e devidamente registrado no CREA/PR conforme ART nº 20145177167.

4.3. Especificações dos materiais utilizados

- Conforme a NR-18 e NBR 16.325 Proteção contra queda de pessoas – Parte 1 e 2 os pontos de ancoragem Classe A1 devem ser confeccionados em aço inox ANSI 304 ou ANSI 316 conforme o ambiente em que será utilizado, com capacidade de carga de ruptura mínima de 1.500 kgf cada ancoragem Classe A1 e com laudo dos testes realizados por laboratório certificado ao Inmetro, dentro do prazo de validade;
- Barra roscada em aço inox 18.8 ANSI 304/A2 ou 316, diâmetro de ½”;
- Barra roscada em ferro galvanizado, diâmetro de ½”;
- Porca sextavada em aço inox 18.8 ANSI 304/A2 ou 316, diâmetro de ½”;
- Cabo de aço galvanizado diâmetro 3/8” 6 x19 AAG, capacidade de carga de 5.500 kgf, carga de trabalho 5/1, com certificado de garantia do fabricante;
- Grampos em ferro galvanizado categoria pesado, para utilização em cabos de aço 3/8”, torque máximo de 7,2 kN Ou 0,73 kgf
- Sapatilha em ferro galvanizado, para cabo de seção 3/8”;
- Discos de aço galvanizado a quente, diâmetro de 13 cm, espessura 6 mm, com furo central de 13 mm;
- Chumbador químico para fixar barra roscada, com laudo de resistência, vinilester ou epóxi, marca Fischer FIS V 360S ou similar.

4.4. Aspectos construtivos

Montagem de 15 (quinze) linhas de vida horizontais, sendo 11 (onze) na área de Cobertura, 02 (duas) na mureta do avanço da entrada e 02 (duas) sob o recuo do entrepiso do avanço da entrada.

Todas as linhas de vida deverão ser confeccionadas em cabo de ferro galvanizado de 3/8” atado a esperas de ancoragem em aço inox.

Fixação na laje de concreto:

A linha de vida nº 10 conforme desenho anexo (Prancha 04) deverá ser fixada na laje de concreto por método de chumbamento químico, usando barra roscada em aço inox de ½” com aproximadamente 120 mm de comprimento e com a alça de ancoragem paralela a linha da parede, de forma que o cabo não exerça força de rotação quando tensionado.

Fixação em parede de alvenaria:

As linhas de vida numeradas de 01 a 09 e a de nº 11 conforme desenho anexo (Prancha 04) e as linhas de vida numeradas de 12 a 13 conforme desenho anexo (Prancha 06) que não possibilitem fixação por chumbamento químico por estarem em paredes de alvenaria, deverão ser fixadas por



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

transfixação de barra roscada de ferro galvanizado na mureta de alvenaria. Para a fixação da barra roscada, deverá ser utilizado como elemento dissipador de força na parede de alvenaria 02 (dois) discos de ferro galvanizado, sendo instalados 01 de cada lado da mureta (lado interno e externo), sendo o aperto em cada lado feito com porca e contra-porca sextavada, de tal forma a permitir que o conjunto permaneça fixo, não possibilitando o trabalho e folga da porca de torque.

As linhas de vida numeradas de 14 e 15 conforme desenho anexo (Prancha 06) deverão ser fixadas sob o teto do recuo do entrepiso de concreto, na parte externa do prédio, a uma distância de aproximadamente 40 cm da esquadria metálica, por método de chumbamento químico, usando barra roscada de aço inox de ½" com aproximadamente 120 mm de comprimento e com a alça de ancoragem paralela a esquadria metálica, de forma que o cabo não exerça força de rotação quando tensionado.

Cada conjunto de linha de vida deverá ser travado com uso de 03 grampos pesados em ferro galvanizado em cada extremidade e espaçados em 30 cm com laçada apoiada em sapatilhas de ferro galvanizado.

Deverá ser marcado 02 anéis de aproximadamente 4 cm de largura sobre os 02 cabos e entre os grampos metálicos, usando tinta a óleo para uso em metais e resistente a intemperes, na cor amarela ou laranja, para identificação de possível afrouxamento nos clips.

Todas as esperas de ancoragem das linhas de vida deverão após a instalação passarem por testes de tração (arrancamento) aonde deverão ser submetidas a tração mínima de 1.500 kgf (conforme NR-18 e recomendação pelo fabricante do ponto de ancoragem) por macaco hidráulico com certificado de aferição dentro do prazo de validade. Para as esperas de ancoragem fixadas por chumbamento químico, deverá ser observado o intervalo mínimo conforme especificação do fabricante para realizar o teste de tração para que se atenda a devida secagem total do adesivo químico.

Para a realização do teste de arrancamento, deverá ser utilizado equipamento específico para testes dessa natureza (tipo macaco hidráulico ou similar) e devidamente aferido por laboratório ou empresa especializada em aferição, com certificado de aferição dentro do prazo de validade.

As linhas de vida 14 a 15 não deverão ser submetidas a teste de arrancamento, visto se tratarem apenas de guias para aproximação da parede de vidro inferior.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO III – PROJETOS

[Arquivos anexos em formato PDF]



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO IV – PLANILHAS DE LEVANTAMENTO DE CUSTOS ESTIMATIVOS

[Arquivo anexo em formato EXCEL]



ANEXO V – TABELAS DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI

TABELA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI		
Descrição		Percentual
Risco/seguros		2,27
Despesas financeiras		1,39
Adm. Central		5,50
Lucro		7,40
	PREVIDÊNCIA	4,50
	COFINS	3,00
Tributos	PIS	0,65
	ISS	2,00
TOTAL		
$BDI = [(1 + X) (1 + Y) (1 + Z) / (1 - I)] - 1$		30,61%
Onde:		
X = somatória de Riscos/seguros		0,0777
Y = Despesas Financeiras		0,0139
Z = Lucro		0,074
I = somatória dos tributos		0,1015

Observações:

- I) A licitante deverá detalhar a composição do BDI incidente sobre a planilha geral de insumos.
- II) A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada conforme o modelo exemplificativo e fórmula sugerida, discriminando todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas, tributos e lucro (ou benefícios);
- III) Cada licitante deverá preencher a sua planilha de Composição Analítica do BDI de acordo com os seus custos próprios, de modo a demonstrar analiticamente a composição do BDI utilizado na formação do preço global da sua proposta.



ANEXO V-A – TABELAS DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI (EQUIPAMENTOS)

TABELA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI		
Descrição		Percentual
Risco/seguros		1,33
Despesas financeiras		0,85
Adm. Central		3,45
Lucro		5,11
	PREVIDÊNCIA	4,50
	COFINS	3,00
Tributos	PIS	0,65
	ISS	0,00
TOTAL		
$BDI = [(1 + X) (1 + Y) (1 + Z) / (1 - I)] - 1$		20,93%
Onde:		
X = somatória de Riscos/seguros		0,0478
Y = Despesas Financeiras		0,0085
Z = Lucro		0,0511
I = somatória dos tributos		0,0815

Observações:

- I) **A licitante deverá detalhar a composição do BDI incidente sobre o valor dos equipamentos.**
- II) A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada conforme o modelo exemplificativo e fórmula sugerida, discriminando todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas, tributos e lucro (ou benefícios);
- III) Cada licitante deverá preencher a sua planilha de Composição Analítica do BDI de acordo com os seus custos próprios, de modo a demonstrar analiticamente a composição do BDI utilizado na formação do preço global da sua proposta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO VI – TABELA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo A – Encargos sociais básicos		% horista
1	Previdência Social	-
2	FGTS	8,00
3	Salário Educação	2,50
4	SESI	1,50
5	SENAI	1,00
6	SEBRAE	0,60
7	INCRA	0,20
8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00
9	Seconci	1,00
Grupo B – encargos que recebem incidência do Grupo A		% horista
1	Repouso semanal remunerado	17,89
2	Feriados	3,96
3	Auxílio enfermidade	0,91
4	13º salário	10,92
5	Licença paternidade	0,08
6	Faltas justificadas	0,73
7	Dias de chuva	1,52
8	Auxílio de acidente de trabalho	0,12
9	Férias Gozadas	10,31
10	Salário Maternidade	0,03
Grupo C – encargos que não recebem incidência do Grupo A		% horista
1	Aviso Prévio Indenizado	6,22
2	Aviso Prévio Trabalhado	0,39
3	Férias indenizadas	3,49
4	Depósito Rescisão Sem justa Causa	4,79
5	Indenização Adicional	0,52
Grupo D – Taxas de reincidência		% horista
1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	17,57
2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,65

Observação:

- I) Os percentuais dispostos acima são referenciais, obtidos no site oficial da Caixa Econômica Federal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1 DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
E-MAIL:		
PESSOA PARA CONTATO:		
BANCO:		
AG. N.º:	CONTA CORRENTE N.º:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO A SER CELEBRADO COM A LICITANTE VENCEDORA DO PREGÃO nº 83/2015		
NOME:		
CARGO OCUPADO NA EMPRESA:		
RG:	CPF:	
ENDEREÇO:		

2 DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO Nº 83/2015 DO TRT DA 9ª REGIÃO:

Objeto - contratação de empresa especializada para instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, para o Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e Edifício Anexo-VM 400, Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Edifício Sede da Área Administrativa do TRT da 9ª Região, localizados em Curitiba/PR, em regime de empreitada por preço global, conforme condições detalhadas no edital do Pregão 83/2015, no Memorial Descritivo e em seus demais anexos.

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$

3 ANEXOS DA PROPOSTA: Juntamente com a proposta, deverão ser apresentadas as planilhas de levantamento de custos estimativos e as tabelas de composição analítica do BDI, previstas, respectivamente, nos Anexos IV, V e VI do Edital.

4 VALIDADE DA PROPOSTA: 90 dias.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura e nome legível
do procurador/responsável



**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade/RG nº _____, inscrito no CPF/MF nº _____, representante da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, município de _____, Estado _____, declaro que conheço as condições da execução dos serviços licitados por meio do **PREGÃO 83/2015**, não cabendo, posteriormente, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento ou dúvida, sendo de inteira responsabilidade desta empresa declarante o ônus daí decorrente.

Local, _____ de _____ de 2015.

.....
(nome e assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão 83/2015

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21/06/93, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27/10/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Obs: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão 83/2015

_____(razão social da licitante)_____, inscrita no CNPJ
_____/____-____, por intermédio de seu representante legal,
Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade
_____, e do CPF ____-____-____, DECLARA, sob as penas da lei, que na presente data é
considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **COOPERATIVA**, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO XI - MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO N.º _____/2015

Contrato que fazem entre si, de um lado a UNIÃO, representada pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, e de outro a empresa _____, decorrente do Processo de licitação Pregão n.º 83/2015 - Processo Geral n.º 987/2015.

CONTRATANTE: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.141.166/0001-16, sediado na Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado -----
----- (cargo) -----, ----- (nome) -----, RG n.º ----- e CPF n.º -----, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA: ----- (nome da empresa) -----, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º -----
-----, estabelecida na Rua -----, n.º -----, neste ato representada por ----
(cargo) ----, ---- (nome do responsável) ----, portadora do RG n.º -----, CPF
n.º -----, residente e domiciliado nesta capital, na Rua -----, n.º --
---, cidade de -----, CEP -----.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **instalação de sistema de segurança para trabalho em altura composto de linhas de vida e esperas de ancoragem, para o Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Curitiba-VM 362 e Edifício Anexo-VM 400, Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e Edifício Sede da Área Administrativa do TRT da 9ª Região, localizados em Curitiba/PR, em regime de empreitada por preço global**, conforme especificações contidas neste instrumento, no memorial descritivo e nos demais anexos do Pregão Eletrônico 83/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O contratante pagará à contratada, pela execução do objeto referido na cláusula primeira, os valores constantes nas planilhas apresentadas junto à proposta da Contratada.

§1º - Estima-se para a presente contratação o seguinte valor global R\$

§2º - O preço do contrato fixado nessa cláusula considera-se completo, abrangendo todos e quaisquer ônus, despesas e encargos de qualquer natureza necessários à perfeita e integral execução dos serviços objeto da contratação, nos termos e condições previstos no instrumento convocatório da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato terá como termo inicial a data em que a contratada receber o instrumento contratual assinado pelo representante do contratante, e estender-se-á até o recebimento definitivo do objeto, fiel e integralmente executado, e correspondente pagamento, sem prejuízo da observância do prazo de conclusão dos serviços e demais prazos de execução, sob pena de inadimplemento contratual e respectivas sanções.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O início dos serviços dar-se-á em até 10 (dez) dias corridos após o termo inicial da vigência do contrato, podendo ser prorrogado conforme conveniência da Contratante.

Parágrafo Único - O objeto da presente contratação deverá ser integralmente executado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início da execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Nos termos do art. 73 da Lei 8.666/93, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

- I) **Provisoriamente** - Quando o objeto contratado for concluído, de perfeito acordo com o Contrato, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório, que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela Comissão de Fiscalização, designada pelo órgão, e pelo Executante, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações;
- II) **Definitivamente** - O Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços contratados será lavrado pela Comissão de Recebimento em até 90 (noventa) dias após o Recebimento Provisório referido no item anterior, e se tiverem sido atendidas todas as exigências da Comissão de Fiscalização, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na edificação.

§1º - Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento das condições e especificações estabelecidas para a presente contratação e/ou havendo quaisquer pendências, a Fiscalização convocará a Contratada a efetuar os reparos necessários e os serviços somente serão recebidos definitivamente após seu saneamento.

§2º - O período que medeia entre os recebimentos provisório e definitivo não suspende, para caracterização de mora, o prazo previsto inicialmente para a execução das prestações.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DEVERES DO CONTRATANTE

Caberão ao contratante as seguintes providências, sem prejuízo de outras decorrentes da legislação e necessárias à eficiente execução do objeto:

- I) Proporcionar à contratada as facilidades indispensáveis à fiel e integral execução do objeto contratado;
- II) Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato;
- III) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) Sustar a execução de quaisquer serviços, por desacordo com o especificado ou outros motivos que imponham tal medida;
- V) Receber os serviços contratados e efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DEVERES DA CONTRATADA

Competirá à contratada a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas neste instrumento e/ou decorrentes da legislação aplicável à espécie, em especial:

- I) Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o início da vigência da contratação, a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – relativa ao valor global do contrato, com as taxas devidamente recolhidas.
- II) Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, quando exigida, a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica –, com as taxas devidamente recolhidas.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- III) Fornecer ao contratante, antes do início da execução dos serviços, e para fins de controle de acesso, listagem com nome completo, número de documento de identidade e prova de vínculo empregatício (CTPS, livro de registro e/ou contrato individual de trabalho, conforme legislação vigente) dos seus empregados, os quais deverão atuar devidamente uniformizados e portando crachá de identificação;
- IV) Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, nos termos do art. 27, §2º, do Decreto 5.450/05, e art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93;
- V) Observar e cumprir todas as normas de segurança e saúde do trabalho – cf. Portaria MET 3.214/78 – bem como atender às demais condições de segurança necessárias à execução dos serviços, nos termos da legislação, exigindo de seus empregados a utilização permanente de equipamentos de proteção individual adequados ao risco ambiental.
- VI) Manter os locais de execução dos serviços limpos e desobstruídos, recuperando as áreas utilizadas, bem como as áreas ou bens não incluídas no seu trabalho, e deixando-as em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-las;
- VII) Exigir de seus empregados a utilização de crachá de identificação funcional, de uniformes limpos e bem alinhados e que se apresentem à fiscalização ou ao responsável pela unidade a fim de obter a permissão para início dos serviços.
- VIII) Manter todas as instalações utilizadas por seus agentes – especialmente as de uso sanitário – em perfeitas condições de higiene;
- IX) Cumprir todas as normas de segurança e saúde do trabalho bem como atender às demais condições de segurança exigidas para a execução dos serviços – como a utilização de EPI e EPC –, observada a legislação em vigor;
- X) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme previsto no art. 70 da Lei 8.666/93;
- XI) Nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte – inclusive durante o período de garantia dos bens e serviços –, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, cujos prazos serão definidos pela Fiscalização e terão sua contagem iniciada a partir da notificação pelo Contratante;
- XII) Entregar os serviços sem instalações provisórias, com áreas limpas e desobstruídas, de modo a prevenir acidentes e permitir a normal e imediata utilização das unidades pelo contratante;
- XIII) Remover os entulhos do canteiro periodicamente e encaminhá-los às áreas de deposição liberadas pelo órgão municipal competente. Os entulhos suscetíveis de reaproveitamento ou reciclagem serão armazenados nos locais das execuções, a critério da Fiscalização, e disponibilizados a Associações de Reciclagem conveniadas a este Tribunal. Ao final dos serviços, o material reciclável não recolhido pelas referidas associações será removido pela contratada.
- XIV) Cooperar com o contratante no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, de modo a facilitá-la e torná-la eficiente;
- XV) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da lei 8.666/93, assim como por quaisquer encargos de natureza administrativa (p. ex., multas) decorrentes da execução dos serviços ou a eles relacionados;
- XVI) Não subcontratar nem transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia e expressa anuência do Contratante.

Parágrafo único - As obrigações da Contratada expressamente enunciadas neste item não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, decorrentes da legislação aplicável à espécie, nos termos do art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do objeto do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma Comissão de Fiscalização, indicada na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, a qual atuará representando o Contratante e terá, dentre outras atribuições que lhe são próprias, a função precípua de avaliar os serviços prestados e certificar sua adequação aos termos do edital e do contrato.

§1º - A Comissão proporcionará à Contratada as condições indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do contrato e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

§2º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão serão encaminhadas à Administração do Tribunal, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

§3º - No exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, a Comissão poderá, motivadamente, suspender total ou parcialmente quaisquer prestações da Contratada que estejam sendo executadas em desacordo com o especificado, as quais somente poderão ser retomadas pela mediante determinação expressa da própria Comissão.

§4º - Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização pelo Contratante não excluem ou reduzem as responsabilidades da Contratada na execução do contrato;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E VALORES DAS MULTAS

Pelo descumprimento das condições e obrigações decorrentes da contratação, a contratada estará sujeita, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, nas Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, e no Decreto 5.450/2005 e nas demais normas pertinentes.

§ 1º - Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:

- I) Havendo atraso no início ou na conclusão dos serviços, multa moratória de 1% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do item em atraso;
- II) Havendo inexecução parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o remanescente do valor total do contrato;
- III) Havendo inexecução total da contratação, multa de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;
- IV) Havendo descumprimento de quaisquer obrigações contratuais não cominadas com sanção específica, multa punitiva ou moratória de 0,3% por ocorrência ou por dia útil, até o limite de 3%, calculada sobre o valor total do contrato.

§ 2º - A recusa injustificada em assinar o contrato ou iniciar a execução dos serviços no prazo previsto equivale à inexecução total da contratação, sujeitando a contratada às sanções previstas no inc. III do §1º e no §6º desta Cláusula.

§ 3º - Atingido qualquer um dos limites fixados no §1º, e a critério do Contratante, a Contratada ficará sujeita à rescisão unilateral da avença, multa punitiva por inexecução total ou parcial e demais cominações legais previstas.

§ 4º - A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.

§ 5º - Os valores das multas aplicadas poderão ser deduzidos das importâncias devidas à contratada.

§ 6º - Nos termos do art. 28 do Decreto 5.450/05, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais.

§ 7º - Na forma do parágrafo único do art. 28 do Decreto 5.450/05, as penalidades aplicadas à Contratada serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

CLÁUSULA DEZ – DO PAGAMENTO

O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento.

§ 1º - No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) banco: nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).

§ 2º - O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal/fatura pela contratada, para que seja lavrada certidão de recebimento, na forma da Cláusula Quinta deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetivado no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da certidão de recebimento em definitivo do objeto, salvo em caso de necessidade de abertura de processo para apuração de penalidade, quando o prazo de pagamento será de 15 dias úteis.

§ 4º - Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

§ 5º - Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

- a) As pessoas jurídicas não estão sujeitas à retenção na fonte dos tributos e das contribuições do art. 64, da Lei 9.430/1996 desde que este Tribunal verifique no site da Receita Federal, no momento do pagamento, que o contratado é optante pelo Simples Nacional, sem prejuízo de o fornecedor informar imediatamente ao contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

§ 6º - O Contratante poderá deduzir diretamente dos pagamentos devidos à Contratada pela execução do contrato os valores das multas a ela aplicadas pela inexecução parcial ou total das obrigações contratuais.

§ 7º - O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a Contratada responsável por quaisquer prejuízos decorrentes da apresentação inexata dos dados.

§ 8º - Nos casos de atraso dos pagamentos devidos à Contratada, e desde que esta não tenha concorrido para tanto, a atualização monetária devida pelo Contratante será calculada da seguinte forma:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (TX)/365$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,0001644$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Mediante Termo Aditivo, a presente contratação poderá ser alterada unilateralmente pelo Contratante ou mediante acordo entre as partes, observado o disposto no art. 58, inc. I c/c as disposições do art. 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único – A rescisão contratual reger-se-á pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e pelo contido no presente instrumento de contrato.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os dispêndios decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios deste Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, na seguinte classificação: Programa:



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Apreciação das Causas da Justiça do Trabalho – Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA TREZE - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os recursos serão recebidos, processados e decididos com observância do disposto no capítulo V da Lei 8.666/93.

§1º - Cabe recurso à Presidência do Contratante (Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região), no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, dos atos de anulação e rescisão do contrato e aplicação das penalidades de multa e impedimento de licitar e contratar com a União.

§2º - O recurso deverá ser dirigido à Ordenadoria da Despesa do Contratante, que reconsiderará a decisão ou, mantendo-a, encaminhará a peça recursal, devidamente instruída, à autoridade superior para julgamento.

§3º - As peças recursais poderão ser entregues no horário das 12 às 18 horas, no Setor de Protocolo Geral, situado na Rua Vicente Machado, 147 - Curitiba-PR, ou enviadas via e-mail (ordenadoria@trt9.jus.br), fazendo-se acompanhar, no prazo de 48 horas, das originais ou cópias autenticadas.

§4º - As peças recursais enviadas via e-mail serão consideradas tempestivas desde que apresentadas até às 18 horas do último dia para interposição do recurso administrativo.

CLÁUSULA CATORZE - VINCULAÇÃO

Esta contratação encontra-se vinculada às normas e condições constantes do edital e demais anexos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico 83/2015 (Processo Geral 987/2015), assim como à proposta apresentada pela Contratada, os quais integram o presente instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINZE - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na execução deste contrato observar-se-á, além das cláusulas consignadas no presente instrumento, o disposto na Lei 10.520/02, na forma regulamentada pelo Decreto 5.450/05, bem como as disposições da Lei 8.666/93 e demais preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os princípios da teoria geral dos contratos e as normas de direito privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento das partes e constituirão objeto de termo aditivo ao presente contrato, obedecido o disposto na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente instrumento contratual na Imprensa Oficial será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DEZESSETE - FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DEZOITO – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços, materiais, mão-de-obra e demais insumos utilizados na execução do objeto do contrato obedecerão à legislação federal, estadual e/ou municipal assim como às exigências do Poder Público ou de seus delegados;

- I) Na execução do objeto do contrato, a Contratada deverá observar, no que couber, as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e do INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- II) A contratada e seu responsável técnico responderão integralmente e com exclusividade pela execução dos serviços objeto da contratação;
- III) Os conflitos eventualmente constantes nas especificações técnicas deverão ser imediatamente comunicados à Fiscalização, devendo a Contratada apresentar soluções



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

à comissão fiscalizadora, à qual competirá autorizar eventual e imediata adequação e compatibilização.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado e contratado, é lavrado o presente em duas vias de igual teor, as quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes contratantes.

Curitiba, ____ de _____ de 2015.

CONTRATANTE:

_____ NOME DO REPRESENTANTE _____

_____ CARGO _____

CONTRATADA:

_____ NOME DO REPRESENTANTE _____

_____ CARGO _____